



Simulado de Legislação Penal Extravagante – Lei 9.296/96: Interceptação Telefônica  
(Fundação CEFETBAHIA/MPE-BA/2018)

01) Não há distinção entre a interceptação das comunicações telefônicas e a quebra de sigilo de dados telefônicos, uma vez que a última (quebra de sigilo de dados telefônicos) diz respeito a algo que está acontecendo.

Comentário:

Sigilo dos dados telefônicos x Sigilo das comunicações telefônicas	
Sigilo dos Dados Telefônicos	Sigilo das Comunicações Telefônicas
Corresponde às informações em relação ao número de telefone, tempo de conversa, data, nome.	Corresponde ao conteúdo em si da conversa. As falas, os diálogos, dentre outros.
Não se apresenta na Lei 9.296/96	Encontra-se na Lei 9.296/96

Gabarito: Errado.

(CESPE/PF/2018)

02) Com referência à interceptação de comunicação telefônica, ao crime de tráfico ilícito de entorpecentes, ao crime de lavagem de capitais e a crimes cibernéticos, julgue o seguinte item.

A interceptação da comunicação telefônica poderá ser realizada de ofício pela autoridade policial desde que o IP tenha como objetivo investigar crime hediondo, organização criminosa ou tráfico ilícito de entorpecentes.

Comentário:

Lei 9.296/96. Art. 1º A interceptação de comunicações telefônicas, de qualquer natureza, para prova em investigação criminal e em instrução processual penal, observará o disposto nesta Lei e dependerá de ordem do juiz competente da ação principal, sob sigredo de justiça.

Gabarito: Errado.

(TRF - 3ª REGIÃO/TRF - 3ª REGIÃO/2018)

03) Relativamente à interceptação de comunicações telefônicas, de qualquer natureza, para prova em investigação criminal e em instrução processual penal, julgue o item:

Não poderá ser deferida se não houver indícios razoáveis da autoria ou participação em infração penal.

Comentário:

Interceptação de Comunicações Telefônicas - Impossibilidades
Lei 9.296/96. Art. 2º Não será admitida a interceptação de comunicações telefônicas quando ocorrer qualquer das seguintes hipóteses:  I - não houver indícios razoáveis da autoria ou participação em infração penal;  II - a prova puder ser feita por outros meios disponíveis;  III - o fato investigado constituir infração penal punida, no máximo, com pena de detenção. Parágrafo único. Em qualquer hipótese deve ser descrita com clareza a situação objeto da investigação, inclusive com a indicação e qualificação dos investigados, salvo impossibilidade manifesta, devidamente justificada.

Gabarito: Correto.

(CESPE/TJ-SC/2019)

04) No que tange a interceptação das comunicações telefônicas e a disposições relativas a esse meio de prova, previstas na Lei n.º 9.296/1996, julgue o item.

O deferimento da referida medida exige a clara descrição do objeto da investigação, com indicação e qualificação dos investigados, salvo impossibilidade manifesta justificada.

Comentário:

Lei 9.296/96. Art. 2º Parágrafo único. Em qualquer hipótese deve ser descrita com clareza a situação objeto da investigação, inclusive com a indicação e qualificação dos investigados, salvo impossibilidade manifesta, devidamente justificada.

Gabarito: Correto.

(CESPE/PC-DF/2013)

05) O juiz poderá, em regra, admitir requerimento verbal de interceptação de comunicação telefônica desde que este seja formulado pela autoridade policial durante investigação criminal.



**Comentário:**

Lei 9.296/96. Art. 4º § 1º **Excepcionalmente**, o **juiz** poderá admitir que o pedido seja formulado **verbalmente**, desde que estejam presentes os **pressupostos** que autorizem a interceptação, caso em que a concessão será **condicionada** à sua **redução a termo**.

**Gabarito:** Errado.

(CESPE/SERES-PE/2017)

**06) De acordo com a Lei n.º 9.296/1996, a interceptação de comunicações telefônicas como meio de prova em investigação criminal deve ser executada por técnicos especializados das concessionárias de serviço público de telefonia, conforme determinar a autoridade policial.**

**Comentário:**

Lei 9.296/96. Art. 7º Para os procedimentos de interceptação de que trata esta Lei, a **autoridade policial** **poderá** requisitar **serviços e técnicos especializados** às concessionárias de serviço público.

**Gabarito:** Errado.

(FDRH/PC-RS/2013)

**07) Com relação à Lei Federal n.º 9.296/96, que trata da interceptação de comunicações telefônicas, julgue o item.**

As diligências inerentes à interceptação de comunicação telefônica serão sigilosas, razão pela qual tramitarão, durante a investigação criminal, em autos apartados do inquérito policial.

**Comentário:**

Lei 9.296/96. Art. 8º A interceptação de comunicação telefônica, de **qualquer natureza**, ocorrerá em **autos apartados**, apensados aos autos do inquérito policial ou do processo criminal, preservando-se o **sigilo das diligências, gravações e transcrições** respectivas.

Parágrafo único. A apensação **somente** poderá ser realizada **imediatamente antes do relatório** da autoridade, quando se tratar de **inquérito policial** (Código de Processo Penal, art.10, § 1º) ou na **conclusão do processo** ao **juiz** para o despacho decorrente do disposto nos arts. 407, 502 ou 538 do Código de Processo Penal.

**Gabarito:** Correto.

(Q2/Q2/2020)

**08) Em relação às alterações apresentadas pela Lei 13.964/19 e a captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos, analise a assertiva abaixo:**

A captação ambiental não poderá exceder o prazo de 15 (quinze) dias, renovável por decisão judicial por iguais períodos, se comprovada a indispensabilidade do meio de prova e quando presente atividade criminal permanente, habitual ou eventual.

**Comentário:**

Lei 9.296/96. Art. 8º-A. § 3º A captação ambiental **não** poderá **exceder** o prazo de **15 (quinze) dias**, **renovável** por decisão **judicial** por **iguais períodos**, se comprovada a **indispensabilidade** do meio de prova e quando presente **atividade criminal permanente, habitual** ou **continuada**. (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)

**Gabarito:** Errado.

(Q2/Q2/2020)

**09) Em relação às alterações apresentadas pela Lei 13.864/19 e aos crimes da Lei de Interceptação Telefônica, analise a afirmativa:**

O funcionário público que descumprir determinação de sigilo das investigações que envolvam a captação ambiental terá a majoração da pena.

**Comentário:**

Art. 10-A. § 2º A pena será aplicada em **dobro** ao **funcionário público** que descumprir determinação de **sigilo** das investigações que envolvam a captação ambiental ou **revelar o conteúdo** das gravações enquanto mantido o sigilo judicial. (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)

**Novo Tipo Penal – Lei de Interceptação Telefônica**

**Pacote Anticrime**

Art. 10-A. Realizar **captação ambiental** de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos para investigação ou instrução criminal **sem autorização judicial**, quando esta for exigida: (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)

Pena - **reclusão**, de **2 (dois) a 4 (quatro) anos**, e multa. (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)



§ 1º **Não há crime** se a captação é realizada por **um dos interlocutores**. (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)

Trata-se de um tipo penal **simples**, ou seja, tem apenas um núcleo (**Realizar** captação).

#### **Majoração**

Art. 10-A. § 2º A pena será aplicada em **dobro** ao **funcionário público** que descumprir determinação de **sigilo** das investigações que envolvam a captação ambiental ou **revelar o conteúdo** das gravações enquanto mantido o sigilo judicial. (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)

**Gabarito:** Correto.

**(CESPE/TJ-DFT/2019)**

**10) Em relação à prova obtida por meio de interceptação telefônica e ao sigilo telefônico, assinale a opção correta, tendo como referência a Lei n.º 9.296/1996 e o entendimento doutrinário e jurisprudencial dos tribunais superiores.**

A prova obtida por força de interceptação telefônica judicialmente autorizada poderá, a título de prova emprestada, subsidiar denúncia em outro feito que investigue crime apenado com detenção.

**Comentário:**

#### **STF/ AI 626.214**

O Supremo Tribunal Federal, como intérprete maior da Constituição da República, considerou **compatível** com o art. 5º, **XII e LVI**, o **uso de prova** obtida **fortuitamente** através de **interceptação telefônica lícitamente conduzida**, ainda que o crime descoberto, **conexo** ao que foi objeto da interceptação, seja punido com **detenção**.

**Gabarito:** Correto.